

1. STOLLER, Robert. Uma Introdução à Identidade de gênero. In: *Masculinidade e Feminilidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 28.
2. O que lembra o ganhador do Festival de Dança de Joinville de 2000 e a polêmica fomentada pela mídia sobre o fato de um homem apresentar a dança do ventre.
3. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história das castumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
4. É muitíssimo interessante seu estilo, embora ortograficamente a tradução precise urgentemente de

revisão, pois algumas frases são entrecortadas.

5. A categoria "homoerótica" é aqui usada conforme defende Jurandir Freire da Costa (*Inocência e vício: estudos sobre o homoeroticismo*, Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992), procurando evitar imagens fixas de supostas identidades estereotipadas que determinadas palavras como *homossexual* citam.

ANA MARIA ALVES DE SOUZA ■

Mulheres revolucionárias na década de 30

A Sala 4. Primeira prisão política feminina

CASTRO, Maria Moraes Werneck de

Rio de Janeiro: CESAC (Centro de Estudos e Solidariedade Amílcar Cabral), 1987

A história das mulheres ainda apresenta muitos campos vazios, lacunas que pouco a pouco estão sendo preenchidas por efeito da ação perseverante que elas desenvolvem, num laborioso trabalho de farrigas, a recuperar acontecimentos, personagens, feitos que haviam sido esquecidos na cena de fundo da história. Do conjunto de todas as ações que vêm sendo cada vez mais ampliadas pelos estudos feministas, afirma-se um novo contorno historiográfico, no qual pouco a pouco surgem em relevo eventos e personagens a que antes não se havia dado qualquer atenção.

O livro de Maria Werneck, *Sala 4. Primeira prisão política feminina*, escrito e publicado em 1988, constitui um valioso documento para o resgate dos eventos que determinaram a história do Brasil na primeira metade do século XX. Mais exatamente sobre a participação feminina nos acontecimentos políticos que cercaram a insurreição comunista de 1935. Segundo se pode ler no prefácio de Luiz Carlos Prestes, "trata-se, na verdade, de um depoimento de quem

honestamente aspira não deixar que caia no esquecimento o que foram as manifestações de elevada dignidade de todos aqueles que, tendo participado ou não da ampla frente única que foi a Aliança Nacional Libertadora, sofreram as conseqüências da onda de repressão policial desencadeada pelo Governo de Getúlio Vargas e Filinto Müller".

As mulheres, que já vinham buscando se organizar desde o início do século (em 1910 Deolinda Dalla, professora, fundava o Partido Feminino Republicano), na década de 30, sob a inspiração do pensamento marxista, passam a atuar decididamente em prol da "revolução vermelha", na qual depositavam as esperanças de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. O sentimento revolucionário foi ativado contudo pela ameaça do nazifascismo que se expandia na Europa, vinda especialmente da Itália e da Alemanha. O país via-se dividido politicamente por profundas cisões ideológicas. Foi um tempo marcado pelo autoritarismo de Vargas, pelo desrespeito aos direitos humanos, por delações e perseguições — "tempo de partido/tempo de homens partidos", como define Drummond. Mas foi também um tempo de sonho, de crença na possibilidade de transformação das estruturas sociais arcaicas, excludentes e discriminadoras.

Maria Moraes, como também é conhecida a autora, viveu a história desses tempos como sujeito ativo. Advogada, de família abastada, filha de Justo de Moraes, um dos maiores juristas da época, tinha um caráter forte e grande capacidade de liderança. Foi uma das fundadoras

e secretária jurídica da União Feminina do Brasil (UFB), representando-a junto à Aliança Nacional Libertadora, movimento organizado em 1935 sob a direção dos comunistas, com o objetivo de derrubar Getúlio Vargas e implantar o governo popular. Em função de tais atividades, foi presa em novembro daquele ano. Levada para a Casa de Detenção da Fiel Caneca, no Rio de Janeiro, reparte a grande cela do andar superior do Pavilhão do Primárias (prisão onde estiveram Graciliano Ramos, Hermes Lima, o Dr. Campos da Paz, entre muitos outros) com companheiras igualmente valorosas: Nise da Silveira, Beatriz Bandeira, Eneida, Olga Benário, Elisa Ewert, Rosa Melrelles, Valentina Bastos e as operárias Leonilda e Maria Joana, entre outras.

A *Sala 4. Primeira prisão política feminina* relata a experiência política dessas mulheres, sua corajosa e determinada participação nos acontecimentos que cercaram a insurreição comunista de 1935, quando elas assumiram as responsabilidades de seus atos políticos, pagando um alto preço por esse direito. Maria Moraes esteve presa de 1935 a 1938, período em que conheceu por dentro o sistema de repressão da polícia política e os cárceres para os quais era levada. O que lhe permitiu, no entanto, relacionar-se com um espectro múltiplo e diferenciado da humanidade, de intelectuais de elite a gente proletária, trabalhadores e sindicalistas, engajados no sonho vermelho, no qual depositavam suas esperanças mais acalentadas.

Maria Moraes Wernick descreve o dia-a-dia da vida carcerária, traça o perfil das companheiras, lembra as estratégias que citavam para manter a comunicação com os companheiros vizinhos e para se defender da depressão e do abatimento. Salienta os princípios de organização ditados pelas prisioneiras para ocupar todas as horas do dia, alimentação necessária a ânimo e ao espírito, a fim de evitar cair em estado depressivo. Coloca os fatos de acordo com a ótica feminina e, sem literatura, nos dá um relato que faz o contraponto necessário com o célebre *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos e com *Travessia*, de Hermes Lima. Não há personalismo em seu relato. A autora narra com objetividade documental os acontecimentos, rememora o companheirismo, as estratégias de sobrevivência que as companheiras forjaram. A presença segura e generosa da Dra. Nise da Silveira, a alegria e o otimismo de Eneida, o canto doce de Beatriz Bandeira, a disciplina e

solidariedade de Olga Benário Prestes, além das torturas sofridas por Elisa Ewert, a Sabo, amiga de Olga, mulher de Arthur Ewert ou Harry Berger, importante personagem do *comintern* soviético que viera com a mulher ao Brasil para coordenar a ação revolucionária comunista na América Latina. Aparece também no livro o momento dramático da retirada de Olga Prestes da prisão para ser extraditada para a Alemanha. Olga estava grávida de sete meses. A Polícia usou o subterfúgio de que ela precisava de cuidados médicos e devia ser levada a um hospital. Desconfiadas de que se tratava de um engodo, as mulheres mobilizaram todos os presos, que fizeram um enorme "canecoço". Maria negociava junto aos policiais para que a companheira não saísse dali sozinha e exigiu dos policiais que o Dr. Campos da Paz, médico reconhecido, também prisioneiro, as acompanhasse — porque ela própria iria junto. E assim foi, mas só puderam acompanhar Olga até as proximidades de um hospital. dali foram obrigados a voltar. Cada episódio relembrado realinha a vontade política das mulheres aqui evocadas por afirmar o estatuto de sujeitos na história, mesmo que, naquele momento em que prevalecia a ação, não se teoricasse desse modo. Nise da Silveira, que define o livro como uma "caldeira de emoções", afirma que, "além de restabelecer fatos históricos muitas vezes deturpados, [o livro] leva o leitor a tomar conhecimento das posições políticas que, há 50 anos, mulheres brasileiras já haviam assumido". Na avaliação da autora, as prisioneiras "representaram alguma coisa nova em sua época, aqui no Brasil. Foram mulheres que acompanharam o momento mundial, não se cingindo à luta pelos direitos do "sexo frágil". (p. 101).

Para Moema Toscano, através do relato de Maria Moraes Wernick pode-se acompanhar os primeiros passos de um novo feminismo: "Para nós, mulheres, em particular, é muito gratificante resgatar para a história do feminismo no Brasil, a atuação dessas companheiras que, há mais de 50 anos, buscavam se organizar, criando associações, escrevendo em jornais, ligando-se a partidos de linha progressista e, assim, assumindo uma nítida posição na luta pela nossa emancipação política e social".

Trata-se de uma obra fundamental para a história política das mulheres e para a história do feminismo entre nós. Um estudo que assim se inscreve no âmbito da história social e das

mentalidades. Como ferramenta da história social, a história das mulheres utiliza-se da análise das práticas sociais e das representações nos mais diversos níveis, desde a sociabilidade, as formas de solidariedade, indumentária, estratégias etc. Ponto no qual o relato de Maria Moraes Weneck tem sua ancoragem mais justa. Se nele encontramos o relato fartamente ilustrado de um tempo de grandes tensões políticas, encontramos também precioso material para a análise da construção da identidade das mulheres como sujeitos. Experiências que em muitos casos dão nova dimensão à perspectiva às vezes pouco clara que ainda se tem sobre a participação das mulheres na vida pública na primeira metade do século XX.

Maria Weneck, além de memória privilegiada, revela disciplina intelectual, amparando-se em outras fontes e documentos. O relato é espontâneo, sem retórica nem tiques acadêmicos

ou jornalísticos. Poderíamos definir o texto como "memórias-documento". No entanto, sempre é bom frisar, o que se encontra narrado ultrapassa os limites da Sala 4, como também ultrapassa os limites do feminismo, porque faz o traçado perpendicular da história política do século no Brasil, entre avanços e retrocessos, obscurantismo e lucidez visionária, realidade e utopia, ditadura e democracia. No tempo que vivemos hoje, marcado por certa anomia político-ideológica, resultante do enfraquecimento dos sentimentos nacionais e da ascensão cada vez mais totalizadora do império transnacional, é indispensável que se alimente a chama da memória com os feitos exemplares daqueles que se entregaram de corpo e alma às causas libertadoras e transformadoras da sociedade. E que se façam visíveis as opiniões e visões diversificadas no gênero.

LÚCIA HELENA VIANNA ■